

A PESQUISA EM HIV/AIDS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS (1990-2018)

Kris Herik de Oliveira¹

RESUMO: As contribuições das Ciências Sociais diante da epidemia de HIV/aids têm sido pouco examinadas no Brasil em termos quantitativos e qualitativos. Para experimentar aproximações junto ao “estado da arte” deste campo de pesquisas, o presente trabalho pretendeu mapear e analisar as teses e dissertações brasileiras em HIV/aids na área de Ciências Sociais. Através do levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foram identificadas 111 dissertações e 48 teses, abrangendo o período de 1990 a 2018. Análises de estatística descritiva e de conteúdo foram empregadas e discutidas acerca do volume, área do conhecimento, período, instituição, região, gênero, temas e metodologias. Dentre os resultados, destacam-se: o crescimento expressivo de estudos e o processo de diversificação do material empírico ao longo dos anos; as mulheres como as principais interlocutoras; práticas terapêuticas e de cuidado como temas menos frequentes; a carência de estudos junto à população negra, aos indígenas e às expressões de gênero e sexualidade em sua pluralidade; as instituições públicas de saúde, empresas e laboratórios como contextos pouco ou ainda não explorados. Ademais, o artigo atenta para as possibilidades de expansão de pesquisas com as novas biotecnologias e mídias digitais.

PALAVRAS-CHAVE: HIV/Aids. Pesquisa em ciências sociais. Estado da arte; Análise de conteúdo.

SOCIAL SCIENCE RESEARCH ON HIV/AIDS: AN ANALYSIS OF BRAZILIAN THESES AND DISSERTATIONS (1990-2018)

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Contato: kris.h.oliveira@gmail.com

ABSTRACT: The contributions of Social Sciences to the HIV/AIDS epidemic has been insufficiently examined in Brazilian investigations. In order to experience approximations with the “state of the art” of this field of research, the present work intended to map and analyze the Brazilian theses and dissertations on HIV/AIDS in the area of Social Sciences. Through the bibliographical survey in the CAPES Thesis and Dissertations Catalog, 111 dissertations and 48 theses were identified, covering the period from 1990 to 2018. The descriptive statistics and content analysis were used and discussed according to volume, area of knowledge, period, institution, region, gender, themes and research methodologies. Among the results obtained, include: the expressive growth of studies and the process of diversification of empirical material over the years; women as the main interlocutors; therapeutic and care practices as less frequent themes; the gap of studies with the black people, the indigenous people and the expressions of gender and sexuality; public health institutions, companies and laboratories as contexts under or not explored. Furthermore, the article looks at the possibilities for expanding research with new biotechnologies and digital media.

KEYWORDS: HIV/AIDS. Social sciences research. State of the art. Content analysis.

LA INVESTIGACIÓN SOBRE VIH/SIDA EN CIENCIAS SOCIALES: ANÁLISIS DE TESIS Y DISERTACIONES BRASILEÑAS (1990-2018)

RESUMEN: Las contribuciones de las Ciencias Sociales a la epidemia de VIH/SIDA han sido poco examinadas en Brasil en términos cuantitativos y cualitativos. Con el fin de experimentar aproximaciones con el “estado del arte” de este campo de investigación, el presente trabajo tuvo como objetivo mapear y analizar las tesis y disertaciones brasileñas en VIH/SIDA en el área de las Ciencias Sociales. Mediante la encuesta bibliográfica en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de CAPES, se identificaron 111 disertaciones y 48 tesis, que abarcan el período de 1990 a 2018. Se utilizaron análisis de estadísticas descriptivas y contenido y se discutieron sobre el volumen, área de conocimiento, período, institución, región, género, temas y metodologías. Entre los resultados, destacan los siguientes: el crecimiento expresivo de los estudios y el proceso de diversificación del material empírico a lo largo de los años; las mujeres como principales interlocutores; prácticas terapéuticas y asistenciales como temas menos frecuentes; la falta de estudios con la población negra, los pueblos indígenas y las expresiones de género y sexualidad en su pluralidad; instituciones de salud pública, empresas y laboratorios como contextos poco o aún no explorados. Además, el artículo analiza las posibilidades de ampliar la investigación con nuevas biotecnologías y medios digitales.

PALABRAS CLAVE: VIH/SIDA. Investigación en ciencias sociales. Estado del arte. Análisis de contenido.

INTRODUÇÃO

O advento da pandemia de HIV/aids² na década de 1980, caracterizada pela ocorrência de epidemias de extensão global e com características singulares segundo cada contexto, apresentou uma série de desafios às sociedades, à saúde pública e às ciências em múltiplas escalas. Em 1981, a aids (síndrome da imunodeficiência adquirida) foi anunciada por médicos e epidemiologistas dos EUA como uma doença relacionada ao comprometimento do sistema imunológico, tornando o corpo suscetível ao adoecimento e à morte por distintas infecções. Nos anos que seguiram, entre controvérsias científicas e disputas políticas, o HIV (vírus da imunodeficiência humana) foi identificado como o agente etiológico da aids, as formas de transmissão foram esclarecidas, a dinâmica do vírus no interior do corpo humano melhor compreendida e os primeiros medicamentos começaram a ser desenvolvidos (BASTOS, 1997).

No mesmo período, o antropólogo Perlongher (1989) atentava para o “dispositivo da aids” enquanto uma complexa arquitetura de poder-saber que emaranhava: as discriminações contra homossexuais e travestis ancoradas em narrativas científicas, religiosas, midiáticas e políticas; a regulação dos comportamentos, afetos e subjetividades; as desigualdades socioeconômicas e suas dinâmicas raciais, étnicas e de gênero; as carências dos sistemas de saúde; e o poder das indústrias farmacêuticas sobre as vidas. Desde a primeira década da pandemia, portanto, o HIV e a aids não

² Seguindo as orientações da antropóloga Guimarães (1992), o termo “aids” será grafado neste artigo em letras minúsculas porque se equivale às demais doenças, graves ou não, escritas desta maneira. Este modo de expressão questiona a força metafórica que anexa à doença um atributo sobre-humano, fora de controle, e recupera a sua dimensão de doença humana passível de ser prevenida e contida. De acordo com o padrão adotado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 1999), a primeira letra é maiúscula quando em nomes de instituições, siglas, programas ou no início de uma frase. Em outras situações, prevalece o uso em letras minúsculas. Já as referências ao HIV, sigla internacional para o vírus da imunodeficiência humana, permanecerão em letras maiúsculas.

estavam restritos à prática e pesquisa biomédica, mas também englobavam aspectos sociais, políticos, econômicos, psicológicos, entre outros.

Sendo assim, oferecer soluções aos desafios então colocados exigiu a construção de diálogos entre diferentes agentes (em especial, ativistas, pessoas vivendo com HIV/aids, cientistas, gestores públicos e empresários) e modos de conhecimento. Os encontros entre ciências e políticas tornaram possíveis: a formulação de estratégias mais eficazes para o enfrentamento da doença; a construção de fundos internacionais para financiamento às pesquisas e ONGs; a construção do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS); o desenvolvimento dos primeiros testes diagnósticos e medicamentos; a formulação de diretrizes éticas para ensaios clínicos; a redução dos preços dos medicamentos; e a ampliação do acesso à terapia antirretroviral viabilizando tornar o HIV uma doença crônica. O Brasil canalizou essas iniciativas e figurou por muitos anos como um “país modelo” devido às políticas de diagnóstico e tratamento gratuito (PARKER *et al.*, 1999; GALVÃO, 2000; LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015). No entanto, tantas conquistas têm passado por retrocessos nos últimos anos com a guinada de governos conservadores em território nacional e em outras regiões do mundo (SEFFNER; PARKER, 2016; AGOSTINI *et al.*, 2019).

Apesar dos avanços científicos recentes no tratamento e prevenção ao HIV (DAVIS; SQUIRE, 2010)³, uma vacina preventiva ou a cura universal ainda foi alcançada e desafios relacionados ao diagnóstico e tratamento persistem (PARKER, 2015). Por esses motivos, a UNAIDS (2018) estima que 74,9 milhões de pessoas foram infectadas pelo HIV e 32 milhões morreram de doenças relacionadas à aids desde o início da pandemia até o fim de 2018. A agência internacional estima ainda que 37,9 milhões de pessoas em todo o mundo vivem com o HIV atualmente, em maior ou menor grau de vulnerabilidade.

³ Refiro-me às classes de medicamentos em constante pesquisa e desenvolvimento visando a redução dos efeitos colaterais e a maior eficácia na supressão da replicação viral, bem como à Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) – ingestão diária de medicamento para a prevenção ao HIV – e à Profilaxia Pós-Exposição (PEP) – uso de medicamentos antirretrovirais após situações de exposição ao HIV para reduzir o risco de infecção.

No Brasil, entre 1980 e junho de 2019, 966.058 casos de aids foram detectados. De 1980 a dezembro de 2018, 338.905 óbitos tendo HIV/aids como causa básica foram notificados. O país tem registrado, anualmente, uma média de 39 mil novos casos de aids nos últimos cinco anos. No entanto, devido os esforços para o diagnóstico e o “tratamento para todos” – política pública implementada em dezembro de 2013 –, tem-se observado uma diminuição na taxa de detecção de aids e no número de mortes em função da doença (BRASIL, 2019a). Estima-se que, atualmente, cerca de 900 mil pessoas vivem com HIV no Brasil, das quais 766 mil estão diagnosticadas, 731 mil estão vinculadas a algum serviço de saúde e 594 mil fazem uso de terapia antirretroviral (BRASIL, 2019b).

Em quatro décadas de pesquisas em HIV/aids, um importante contingente de produção científica cresceu exponencialmente (SANTOS, 2004; SANTOS, 2014). Neste quadro, os estudos de revisão ocupam importante espaço para avaliação do que já foi produzido e, por isso, são cada vez mais recorrentes nas diferentes áreas do conhecimento. Somado à expansão do acesso a estas pesquisas através de bibliotecas digitais, os estudos de revisão permitem estabelecer aproximações junto ao tema, compreender os movimentos da produção científica em determinada área do conhecimento, oferecer panoramas históricos sobre variados assuntos, levantar o volume e as citações dos trabalhos, caracterizar os aspectos teórico-metodológicos da produção, sistematizar e comparar resultados, identificar lacunas, apontar tendências para novas investigações e avaliar a qualidade dos estudos (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI; ENS, 2006; CORDEIRO *et al.*, 2007; VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014). Apesar desta potencialidade, se comparada às Ciências da Saúde – área de origem dos estudos de revisão (CORDEIRO *et al.*, 2007; VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014) –, esta prática científica ainda é incipiente nas Ciências Sociais (SANTOS; SILVA, 2004).

Dentre as poucas iniciativas de revisão da produção científica em HIV/aids que incluem as Ciências Sociais nas análises, estão os levantamentos de Bastos e Coutinho (1999), Bastos e Malta (2002), Pimenta *et al.* (2002) e Santos (2004). Apenas o levantamento de Santos e Silva (2004) aborda a pesquisa em HIV/aids nas Ciências Sociais em específico.

Essas pesquisas, no entanto, foram realizadas há cerca de duas décadas, em contextos dos quais grandes bases de dados estavam em processo de consolidação e se encontravam de difícil acesso – contratempos destacados pelos autores. Sendo assim, os estudos de revisão em HIV/aids nas Ciências Sociais ensejam novas contribuições para responder a antigos problemas (FACCHINI *et al.* 2013). Afinal, em que medida e como as Ciências Sociais têm se voltado para a epidemia de HIV/aids? Qual o volume e as principais características desta produção científica?

Em vias de explorar tais questões, o objetivo deste artigo consiste em mapear e analisar as teses e dissertações brasileiras em HIV/aids na área de Ciências Sociais. De modo mais específico, pretende-se localizar e sistematizar esta produção científica, quantificar e evidenciar as suas principais características, identificar as abordagens emergentes e recorrentes, bem como localizar as lacunas existentes. Em suma, experimentar aproximações junto ao “estado da arte” deste campo de pesquisas para oferecer subsídios epistemológicos a investigações futuras.

Disto isto, a próxima seção descreverá o desenho metodológico da pesquisa empreendida. Em seguida, serão apresentadas as análises dos dados e discutidos os resultados, com especial atenção ao volume e distribuição das teses e dissertações, segundo área do conhecimento, período, instituição, região, gênero, tema e metodologia. Por fim, as considerações finais tratarão das experiências com o desenvolvimento deste estudo e do cenário de tendências das pesquisas em HIV/aids nas Ciências Sociais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa de revisão da produção científica em HIV/aids nas Ciências Sociais, cujo procedimento metodológico foi desenhado de acordo com as reflexões sobre os estudos do tipo “estado da arte” (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI; ENS, 2006; VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014) e a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). A partir dos objetivos propostos, a abordagem metodológica em questão foi mobilizada para auxiliar nas estratégias e ações para levantamento

e análise de grande volume de dados bibliográficos – desafios comuns aos diferentes tipos de estudos de revisão⁴. Desenhos metodológicos com recortes próximos ao deste estudo foram empregados em outras pesquisas de diferentes áreas do conhecimento (BASTOS; COUTINHO, 1999; BASTOS; MALTA, 2002; PIMENTA *et al.* 2002; SANTOS, 2004; 2008; SANTOS; SILVA, 2004; ACIOLI *et al.*, 2006; AQUINO, 2006; ARAUJO *et al.*, 2006; OLIVEIRA *et al.*, 2006; HOLANDA *et al.*, 2013).

Conforme Ferreira (2002, p. 258), as pesquisas de estado da arte (ou estado do conhecimento) são de caráter “inventariante e descritivo”, com o propósito “de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento”. Estas, contudo, não se resumem ao tradicional levantamento bibliográfico realizado para fundamentar e/ou justificar trabalhos científicos, pois neste caso o mapeamento de pesquisas e a produção de reflexões que dele incorrem é central à investigação. Para isso, as pesquisas de estado da arte realizam o levantamento, a produção de análises e categorizações, assim como se dispõem a revelar os múltiplos enfoques e perspectivas (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014). Isto permite identificar aspectos privilegiados, as lacunas e as condições em que têm sido produzidas as pesquisas.

Ferreira (2002) aponta dois momentos distintos neste tipo de investigação. No primeiro, ocorre a interação com a produção acadêmica através do levantamento, identificação e quantificação dos dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. Nesse momento, pode ser

⁴ Ao fazer um levantamento na base de periódicos nacionais e internacionais da CAPES, Vosgerau e Romanowski (2014) encontraram diferentes tipos de estudos que mapeiam campos de conhecimento, bem como avaliam e sintetizam resultados de pesquisas apontando alguns indicativos metodológicos: levantamento bibliográfico, revisão de literatura, revisão bibliográfica, estado da arte ou estado do conhecimento, revisão narrativa, estudo bibliométrico, revisão sistemática, revisão integrativa, metanálise, metassummarização e síntese de evidências qualitativas. Embora haja variações significativas entre os métodos e suas técnicas de análise, as autoras observaram que, por vezes, diversas nomenclaturas são empregadas para o mesmo tipo de estudo (ex. revisão da literatura e revisão bibliográfica). Apesar disso, alertam que “o valor e a credibilidade do estudo dependem fundamentalmente da transparência e do rigor metodológico empreendido pelo pesquisador” (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 183).

possível se deparar com uma narrativa descontínua do desenvolvimento da pós-graduação, de agências de fomento e outras entidades, das linhas de força envolvidas. No segundo momento, recorrendo às perguntas “quando”, “onde”, “quem”, “o quê” e “como” a atenção se volta para caracterizar, organizar e tecer possibilidades de análise do material. Esse momento requer a leitura dos títulos e resumos das pesquisas (por vezes, de trabalhos completos), e pode vir a lidar com o desafio da insuficiência de informações.

Com relação à organização e análise dos dados, diferentes recursos e técnicas têm sido empregados, como editores de planilhas e softwares para aplicar a consolidada e mais comumente adotada técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

De acordo com Bardin (1977, p. 38, grifo da autora), a análise de conteúdo diz respeito a “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. As comunicações podem ser um diário de campo, entrevistas, fotografias, filmes, áudios, revistas, biografias, entre outras. Ainda conforme a autora: “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 1977, p. 38, grifo da autora). Então, o rendimento da análise de conteúdo não está na descrição do conteúdo em si, mas em que o material analisado poderá ensinar após o tratamento e análise dos dados. Além da análise de cunho qualitativo (leitura, compreensão, produção de categorias temáticas), com esta técnica podem ser realizadas análises quantitativas, como por meio da frequência de categorias.

Bardin (1977) sugere que a análise de conteúdo seja desenvolvida em três fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A partir dos procedimentos metodológicos propostos pela autora e por Ferreira (2002), este estudo adotou seis etapas: i) pré-análise; ii) levantamento bibliográfico; iii) organização; iv) codificação e categorização; v) análise dos dados; vi) discussão dos resultados.

Pré-análise. Etapa voltada ao processo de confecção do desenho da pesquisa: definição do tema, formulação de problemas, lapidação dos

objetivos da pesquisa e da metodologia, escolha do recorte empírico. De caráter exploratório, nesta etapa foram realizadas as primeiras incursões em bases de dados científicas (*Scielo*, *Scopus* e no Portal de Periódicos CAPES) para realizar buscas de teses, dissertações e artigos em HIV/aids nas Ciências Sociais e áreas afins (como Saúde Coletiva, Psicologia, Enfermagem, Educação).

Levantamento bibliográfico. Após as primeiras aproximações, teses e dissertações foram elencadas como o material bibliográfico a ser levantado e analisado devido à lacuna identificada neste recorte empírico. A escolha das teses e dissertações também se deu em função das características destas produções científicas: extensão, originalidade, rigor e disponibilidade de acesso (MARCONI; LAKATOS, 2003). Tendo em vista os documentos, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2019) foi adotado como a fonte da pesquisa por reunir dados de mais de um milhão de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação de todo o país⁵. Neste sentido, Ferreira (2002, p. 261) coloca que os catálogos promovem “a circulação e intercâmbio entre a produção construída e aquela a construir”.

O levantamento bibliográfico ocorreu em agosto de 2019 por meio de buscas na base de dados com o operador booleano “hiv OR aids”. A primeira busca retornou 9.832 resultados, que abrangiam o período de 1987 a 2018. Em seguida, os resultados foram filtrados na plataforma segundo grande área do conhecimento, selecionando as duas categorias “Ciências Humanas”: n=939. Após esse primeiro filtro, o segundo filtro para as áreas de conhecimento foi aplicado. Nele, foram selecionadas as duas categorias “Antropologia” (n=43), as duas categorias “Ciência Política” (n=24) e as duas categorias “Sociologia” (n=98). Juntas, as categorias retornaram 165 teses e dissertações, abrangendo o período de 1990 a 2018. Neste primeiro momento, as referências das 165 teses e dissertações foram inseridas manualmente e sem edição em um banco de dados confeccionado no editor de planilhas Excel 2016.

⁵ Esta ferramenta de buscas *online* alimentada pelos próprios programas de pós-graduação permite, se disponível, visualizar autor/a, título, instituição, nível e ano de defesa do trabalho, resumo, palavras-chave, biblioteca, linha de pesquisa, área de conhecimento, programa, agência financiadora, nível e, caso deseje, há possibilidade de pesquisar em todos os campos.

Organização. Nesta etapa foi iniciada a preparação do material para análise através do tratamento dos dados. Após o levantamento bibliográfico, os dados de referência (autor/a, título, data de defesa, nível, programa de pós-graduação e instituição) foram acomodados em colunas. Então, outras categorias úteis de análise social e de conteúdo foram criadas: gênero, área do conhecimento, tipo de pesquisa, natureza da instituição de ensino (IES), unidade da federação, região, link para acesso, palavras-chave, resumo. Em seguida, novas buscas foram realizadas na base da CAPES e, quando não encontradas as informações, nas bibliotecas digitais das IES. Trabalhos anteriores ao ano de 2012 (n=107) não ofereciam informações detalhadas, tais como resumo, palavras-chave e/ou link de acesso à tese ou dissertação. Quando não encontrados os dados mesmo após as buscas, utilizou-se a categoria “sem informação”. Não foram encontrados os resumos de 12 trabalhos e as palavras-chave de 18. Os critérios de inclusão no banco de dados personalizado foram: tese ou dissertação nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia; evidenciar a abordagem da temática HIV/aids no título, palavras-chave e/ou resumo. Durante esta etapa, foram excluídos 6 documentos que não respondiam a estes critérios. Sendo assim, 159 pesquisas compuseram o corpus da análise, abrangendo o período de 1990 a 2018.

Codificação e categorização. Segundo Bardin (1977), o processo de codificação prepara os dados pouco trabalhados para as análises. Trata-se de uma transformação deste material bruto, seguindo regras precisas, que permite produzir uma expressão sintética do conteúdo do texto clara ao analista. De acordo com a autora, a organização da codificação ocorre em três passos: o recorte, que envolve a escolha das unidades de registro e de contexto (ex.: temas, palavras); enumeração, com a escolha das regras de contagem (ex.: frequência, distribuição); classificação e agregação em categorias (ex.: temático). A categorização busca agrupar elementos mediante o que eles têm em comum, procedimento que pode partir de um sistema de categorias já fornecido por outros estudos ou buscar construir um sistema de categorias.

Neste trabalho, os processos de codificação e categorização ocorreram em três etapas de análise temática ou categorial, entre

setembro de 2019 e janeiro de 2020: i) análise dos títulos, resumos e palavras-chave de cada pesquisa; ii) definição dos temas da abordagem do estudo e de recorte empírico; iii) agrupamento dos temas em três categorias: tema central da pesquisa; técnica de análise; recorte empírico. Os títulos, resumos e palavras-chave são centrais aos estudos de estado da arte e técnicas de análise de conteúdo porque oferecem as informações principais do trabalho ou indicam elementos que caracterizam o seu conteúdo (BARDIN, 1977; FERREIRA, 2002)⁶. Na relação com o material bibliográfico que fundamenta teórica e metodologicamente esta pesquisa, foram três as categorias definidas para técnica de análise: qualitativa, quantitativa e mista. Do mesmo modo, os temas centrais das pesquisas foram agrupados em cinco categorias: Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade; Estado, Políticas Públicas e Mercado; Aspectos Sociais e Subjetividades; Movimentos Sociais e ONGs; Práticas Terapêuticas e de Cuidado. As categorias de recorte empírico foram definidas em: Sujeitos, Experiências e Relações; Documentos; Grupos e Instituições; Mídias; Sem Informação. O procedimento analítico adotado tornou possível a mensuração, comparação e discussão/interpretação dos dados.

Análise dos dados. Embora a análise dos dados tenha iniciado por meio de técnica qualitativa na etapa anterior, nesta etapa foram desenvolvidas análises de cunho quantitativo. Com técnicas estatísticas descritivas e gráficos, buscou-se observar e descrever o comportamento das categorias medindo a frequência, distribuição e evolução ao longo do tempo. O foco da análise esteve em traçar o perfil das pesquisas, identificar recorrências,

⁶ Foi grande a heterogeneidade encontrada em títulos, resumos e palavras-chave. A multiplicidade de modos de expressão e também a insuficiência de informações (em objetivos, aporte teórico, método, recorte empírico e/ou conclusões) lançaram desafios à confecção do bando de dados e à análise de conteúdo. No entanto, foi possível notar uma melhora expressiva na comunicação dos resumos na última década. Em estudo sobre a qualidade de resumos e palavras-chave na produção científica das Ciências Sociais, Gonçalves (2008) observou que, apesar da importância, esses elementos são pouco explorados na área. Isso pode vir a impactar negativamente na recuperação da informação. Os autores, coloca, preferem resumos descritivos em detrimento dos informativos, e que, apesar da falta de padronização, as palavras-chave fornecidas pelos autores podem ser usadas como complemento dos resumos e como indicador de algumas relações interdisciplinares.

lacunas e mudanças. No que diz respeito às categorias que compõem as técnicas de análise (qualitativa, quantitativa e mista), é importante sublinhar que os diagnósticos descritivos desta pesquisa não são exaustivos sobre os procedimentos empregadas (como entrevistas, análise de conteúdo, estatística multivariada, observação participante, etc.), visto que a qualidade dos resumos comprometeu tamanho empreendimento.

Discussão dos resultados. Para endossar, aprofundar e refletir sobre a análise dos dados, sínteses de teses e dissertações selecionadas foram recuperadas, cujo diálogo direto com o conteúdo analisado foi o critério de escolha. Ademais, outros estudos foram trazidos para situar historicamente, suplementar ou questionar os achados.

Desta maneira, a transparência e o rigor metodológico deste estudo são preservados. O procedimento adotado tensiona e propõe soluções a duas fronteiras caras às Ciências Sociais: objetivo/subjetivo e quantitativo/qualitativo (CANO, 2012). Isto porque a construção da narrativa a seguir sobre a produção científica em HIV/aids nas Ciências Sociais só se torna possível mediante o entrelaçamento entre a criatividade do pesquisador e o material empírico. Nesse movimento, compreensão, mensuração e interpretação tornam-se atividades indissociáveis.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES

VOLUME E DISTRIBUIÇÃO

O levantamento bibliográfico realizado viabilizou a coleta dos dados de 159 pesquisas em HIV/aids na área de Ciências Sociais, com abrangência de quase três décadas (1990-2018). A maior parte dos estudos diz respeito às dissertações, correspondendo a 69,8% (111) do total, enquanto as teses representam 30,2% (48) do total. A revisão de Santos e Silva (2004) havia identificado apenas 4 dissertações e 3 teses, no período de 1996 a 2001.

A Tabela 1 apresenta a distribuição das pesquisas, segundo área do conhecimento – Sociologia, Antropologia e Ciência Política. A área de Sociologia corresponde ao maior volume de estudos: 92 (57,9%). O

fato de a área possuir tamanha expressão pode ser justificado em função desta congregar, na avaliação da CAPES (2013), outros programas de pós-graduação de proposta interdisciplinar, como Ciências Sociais e de Sociologia e Antropologia. Se fossem considerados apenas os programas de mestrado e doutorado em Sociologia, haveria o total de 42 pesquisas (26,4%). Antropologia é a segunda área mais representativa com 23,3% das teses e dissertações, produzidas em programas de pós-graduação em Antropologia e Antropologia Social. A área de Ciência Política é a mais plural em programas de pós-graduação, correspondendo a 18,9% do total das pesquisas. Nela, além do curso de Ciência Política, há cursos de Direitos Humanos, Políticas Públicas, Relações Internacionais, entre outros. Chama atenção a grande diferença entre o número de teses e dissertações em Ciência Política em relação às demais áreas. Enquanto na Sociologia e Antropologia as teses são aproximadamente a metade das dissertações, no caso da Ciência Política a redução chega a 89%. A queda no número de teses em comparação às dissertações pode ser explicada pela mobilidade/atração de pesquisadores entre as áreas, mudança no escopo da investigação ou interrupção na carreira científica.

Tabela 1. Distribuição de teses e dissertações brasileiras em HIV/aids na área de Ciências Sociais (1990-2018), segundo área do conhecimento

	Sociologia		Antropologia		Ciência Política		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Dissertações	60	37,7	24	15,1	27	17,0	111	69,8
Teses	32	20,1	13	8,2	3	1,9	48	30,2
Total	92	57,9	37	23,3	30	18,9	159	100

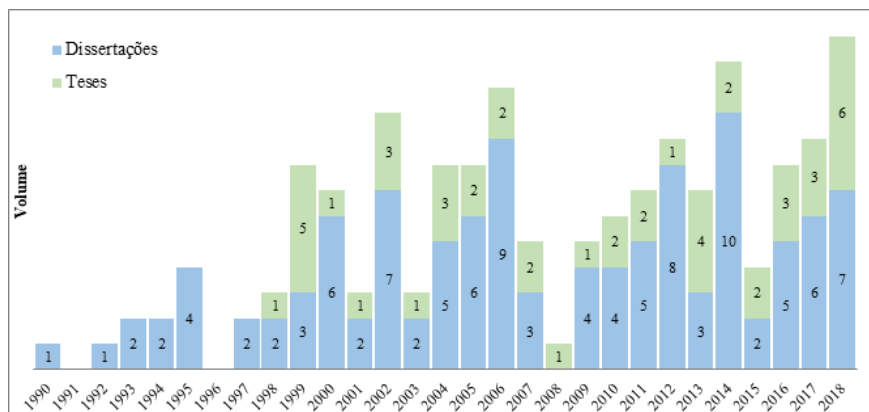
Fonte: CAPES (2019), elaboração própria.

O volume de pesquisas, segundo ano de defesa, pode ser observado na Figura 1. É expressivo o aumento de pesquisas no decorrer dos anos, ainda que de forma descontínua. Se no primeiro quinquênio (1990-1994) foram defendidas 6 dissertações, de 2000 a 2004 houve o avanço para 31 pesquisas defendidas (22 dissertações e 9 teses). A soma das pesquisas

defendidas entre 2010-2014 alcança um pico na produção sobre o tema, com 42 trabalhos (30 dissertações e 12 teses). A queda no período entre 2015-2018 pode ser justificada pelo fato de o banco de dados da pesquisa conter apenas quatro anos para análise e, provavelmente, trabalhos recentes ainda constarem na biblioteca digital da CAPES.

Estudos anteriores (BASTOS; COUTINHO, 1999; BASTOS; MALTA, 2002; PIMENTA *et al.*, 2002) mencionam que a primeira década de pesquisas em HIV/aids é de poucos recursos, com investimentos (por vezes, pessoais) ainda isolados. Considerando o tempo de produção de uma dissertação de mestrado naquele momento (entre 3 e 5 anos), é possível afirmar que as primeiras pesquisas foram realizadas nesse contexto de recursos humanos e financeiros escassos. Nos anos 90 ocorre o “amadurecimento” da área, com a consolidação de centros, núcleos, linhas de pesquisa e da pós-graduação de modo geral. Nota-se que a primeira tese de doutorado identificada foi defendida apenas em 1998. O aumento expressivo na pesquisa em HIV/aids entre as décadas, especialmente a partir da segunda metade da década de 90, também foi destacada por outros estudos que abrangiam as Ciências Sociais (SANTOS, 2004; 2008; BASTOS; COUTINHO, 1999). Segundo Bastos e Coutinho (1999), as Ciências Sociais despontam para compreender as complexidades de um país diverso, cujos contextos socioculturais ofereciam desafios aos estudiosos do tema. É também na década de 90 que financiamentos mais robustos (públicos e privados) foram realizados por meio de pesquisas encomendadas. Desta maneira, e considerando que 85,5% das pesquisas foram defendidas a partir dos anos 2000, é possível notar correlação entre as positivas transformações estruturais na pós-graduação brasileira (CAPES, 2013) e a ampliação do volume de pesquisas em HIV/aids nas Ciências Sociais.

FIGURA 1 - Volume de teses e dissertações brasileiras em HIV/aids na área de Ciências Sociais (1990-2018), segundo ano de defesa



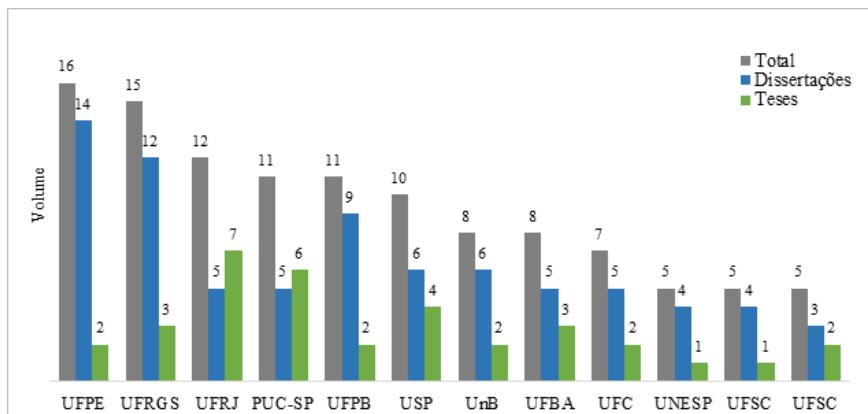
Fonte: CAPES (2019), elaboração própria.

A grande maioria das pesquisas foram desenvolvidas e defendidas em instituições de ensino superior (IES) públicas: 141 (88,68%). Nas IES privadas, foram produzidas 18 pesquisas (11,32%). Isto, por sua vez, evidencia a importância das instituições públicas para a pesquisa científica em HIV/aids nas Ciências Sociais. Com relação ao volume de produção científica das IES públicas, se destacam aquelas que possuem mais de cinco pesquisas defendidas, conforme ilustra a Figura 2. Dessas, a Universidade Federal de Pernambuco (16; 10,1%), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (15; 9,4%) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (12; 7,5%), juntas, somam 43 pesquisas (27%). Já nas IES privadas, se destacam o Mestrado (5) e o Doutorado em Ciências Sociais (6) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (6,9%). Essas instituições reúnem linhas e grupos/núcleos de pesquisa especializados nas interseções entre sexualidade e saúde, como a linha Família, Gênero e Saúde (PPGA/UFPE) e o Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (PPGAS/UFRGS).

A Figura 2 evidencia também que o volume de teses e dissertações varia de acordo com a IES, ou seja, a instituição com maior número de teses não possui necessariamente o maior volume de dissertações defen-

didadas. UFRJ e PUC-SP apresentam o maior número de teses, mas não o de dissertações. As duas instituições com maior número de dissertações, UFPE e UFRGS, possuem menor número de teses que as instituições mencionadas. Isso leva a questionar se a queda no volume de teses dessas instituições se deu por mudança no tema da pesquisa, interrupção na trajetória acadêmica e/ou emigração para outra IES. A proeminência e relevância das instituições públicas para a pesquisa em HIV/aids nas Ciências Sociais, bem como a pequena participação de IES privadas, também foi observada por Bastos e Coutinho (1999) e Santos (2004; 2008).

FIGURA 2 - Volume de teses e dissertações brasileiras em HIV/aids na área de Ciências Sociais (1990-2018), segundo instituição



Fonte: Elaborado pelo autor com base em CAPES (2019).

A distribuição regional das teses e dissertações na Tabela 2, em certa medida, reflete o que foi apresentado a nível institucional. A região Nordeste concentra o maior volume de teses e dissertações (55; 34,6%), onde os estados de Pernambuco (16; 10,1%) e Paraíba (12; 7,5%) se destacam. A segunda região mais expressiva é a Sudeste (54; 34%), onde o estado de São Paulo se destaca com 33 pesquisas (20,8%). Juntas, as regiões Nordeste e Sudeste correspondem a 68,6% do total de teses e dissertações. Tamanho protagonismo pode se justificar em razão de essas regiões concentrarem o maior contingente de grupos de pesquisa em

sexualidade, gênero e saúde (AQUINO, 2006; FACCHINI *et al.*, 2013). Na região Sul, foram produzidas 33 pesquisas (20,8%), com maior expressão do Rio Grande do Sul (13,2%). Em seguida, as regiões Centro-Oeste e Norte possuem o menor contingente, 13 (8,2%) e 4 (2,5%) pesquisas, respectivamente. Por fim, cabe destacar que os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco concentram 44% das pesquisas. Não foram registradas pesquisas desenvolvidas nos estados do Acre, Rondônia, Amapá, Tocantins, Roraima, Maranhão, Alagoas, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

TABELA 2 - Distribuição das teses e dissertações brasileiras em HIV/AIDS na área de Ciências Sociais (1990-2018), segundo região e estado

Região/ Estado	Dissertações		Teses		Total	
	N	%	N	%	N	%
<i>Nordeste</i>	43	27,0	12	7,5	55	34,6
PE	14	8,8	2	1,3	16	10,1
PB	10	6,3	2	1,3	12	7,5
CE	9	5,7	2	1,3	11	6,9
BA	6	3,8	3	1,9	9	5,7
RN	2	1,3	2	1,3	4	2,5
SE	2	1,3	1	0,6	3	1,9
<i>Sudeste</i>	30	18,9	24	15,1	54	34,0
SP	18	11,3	15	9,4	33	20,8
RJ	9	5,7	8	5,0	17	10,7
MG	3	1,9	1	0,6	4	2,5
<i>Sul</i>	27	17,0	6	3,8	33	20,8
RS	17	10,7	4	2,5	21	13,2
PR	6	3,8	1	0,6	7	4,4
SC	4	2,5	1	0,6	5	3,1
<i>Centro-Oeste</i>	10	6,3	3	1,9	13	8,2
DF	10	6,3	2	1,3	12	7,5
GO			1	0,6	1	0,6
<i>Norte</i>	1	0,6	3	1,9	4	2,5
PA	1	0,6	2	1,3	3	1,9
AM			1	0,6	1	0,6
Total	111	69,8	48	30,2	159	100

Fonte: CAPES (2019), elaboração própria.

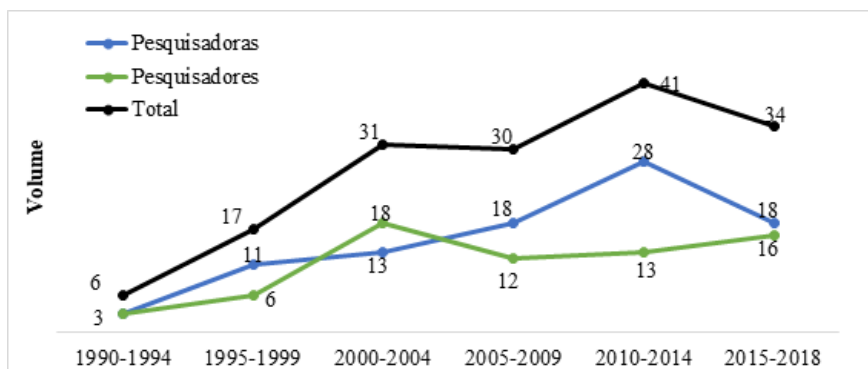
Os resultados apresentados vão de encontro aos discutidos por Bastos e Coutinho (1999) e Santos (2004; 2008), com exceção do estado de Pernambuco evidenciar uma expressividade não observada pelos autores. Considerando as nuances nos recortes das pesquisas, as quais incluem, mas não abordam especificamente as Ciências Sociais, essa diferença pode se justificar. De acordo com os dados levantados, a produção científica do Nordeste foi a que mais aumentou no decorrer dos anos: entre 1990-1999, a região detinha apenas 5 estudos; a partir dos anos 2000, 50 novas pesquisas foram realizadas na região. Embora São Paulo e Rio de Janeiro tenham sido pioneiros na pesquisa em HIV/aids na década de 90 – por concentrar recursos e oportunidades (SANTOS, 2004) –, Pernambuco se destaca nos anos 2000. O desenvolvimento científico em outras regiões do país no período analisado pode explicar o processo de descentralização das pesquisas da região Sudeste em direção às demais regiões. Isto pode ser lido como um reflexo da expansão das universidades federais através do REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (CAPES, 2013).

Em diálogo com as discussões promovidas pelos estudos de gênero e ciência desde a década de 1960 em âmbito internacional, cuja consolidação no Brasil se deu nos anos de 1990 (LETA, 2014), Santos (2008) assinala que a participação feminina na produção científica brasileira em HIV/aids requer atenção especial. As análises da autora em 2116 artigos, no período de 1983-2007, com enfoque de gênero a partir dos nomes dos/as autores/as das publicações, evidenciou que a produção feminina cresceu expressivamente a partir de 1996, na relação com a produção geral. Segundo ela, foi “a partir deste ano que aumentou o número de mulheres acometidas pela doença, o que leva a supor que tal fato tenha contribuído para o aumento de pesquisadoras voltadas ao tema” (SANTOS, 2008, p. 21). Naquele momento, a autora também inferiu que a produção feminina superaria a masculina nos próximos anos.

Os resultados desta pesquisa corroboram com a inferência de Santos (2004; 2008). As pesquisadoras foram responsáveis por 57,2% (91) das pesquisas. Elas representam o maior contingente tanto de dissertações (63; 56,8%) quanto de teses (28; 58,3%). Com relação às áreas do

conhecimento das Ciências Sociais, as pesquisadoras são maioria em todas elas, a saber: Sociologia, 55 (59,8%); Ciência Política, 16 (53,3%); Antropologia, 20 (54,1%). Conforme Santos (2008), o maior incremento da produção científica feminina se deu na segunda metade da década de 90, acompanhando a tendência geral. Esse cenário pode ser observado na Figura 3, pois as pesquisadoras mantêm participação nas pesquisas superior à dos pesquisadores em quase todos os períodos, sendo possível observar um pico de produção de 2010 a 2014. O cenário mais recente aponta para certa equidade de gênero. Conforme mencionado anteriormente, a queda no último período pode ser explicada por contemplar apenas quatro anos e, provavelmente, pelas pesquisas mais recentes não constarem no banco de dados da CAPES.

FIGURA 3 - Volume de teses e dissertações brasileiras em HIV/aids na área de Ciências Sociais (1990-2018), segundo período e gênero



Fonte: CAPES (2019), elaboração própria.

TEMAS

Esta seção aprofunda a discussão dos resultados ao abordar os temas das teses e dissertações. Em vias de sistematizar a diversidade de temas de pesquisa (93 ao todo), estes foram reunidos em 5 categorias temáticas: Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade; Estado, Políticas Públicas e Mercado; Aspectos Sociais e Subjetividades; Movimentos

Sociais e ONGs; Práticas Terapêuticas e de Cuidado. Na Tabela 3 consta a frequência e distribuição das pesquisas, segundo categoria temática.

TABELA 3 - Frequência e distribuição das teses e dissertações brasileiras em HIV/aids na área de Ciências Sociais (1990-2018), segundo categoria temática

Categoria temática	f	%
Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade	49	30,8
Estado, Políticas Públicas e Mercado	39	24,5
Aspectos Sociais e Subjetividades	36	22,6
Movimentos Sociais e ONGs	21	13,2
Práticas Terapêuticas e de Cuidado	14	8,8
Total	159	100

Fonte: CAPES (2019), elaboração própria.

A categoria temática com maior frequência de pesquisas é “Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade” (f=49; 30,8%). Nesta categoria foram reunidos trabalhos cujo escopo da investigação em HIV/aids se voltou para as experiências de gênero e sexualidade, na relação com outras categorias sociais de análise, como classe, idade/geração e raça – as interseccionalidades (PISCITELLI, 2008). Sendo assim, trata-se da categoria mais diversa em temas (38). Dentre eles, são maioria os estudos com/sobre mulheres (36,7%), os quais versam sobre: vulnerabilidade, percepção e comportamento de risco em mulheres (casadas/ em união, de diferentes recortes sociais, com práticas homoeróticas, que se prostituem e que fazem uso de drogas), maternidade, transmissão vertical, aleitamento, imaginário e representações do HIV/aids, a vida de mulheres com HIV/aids e dinâmicas afetivas e sexuais. Em seguida (34,7%), estão os estudos com/sobre homens, homens que fazem sexo com homens e homossexuais/homossexualidades de diferentes recortes sociais, os quais incluem discussões sobre: percepção e comportamento de risco, prevenção, dinâmicas afetivas e sexuais, envelhecimento, família, trabalho, viver com HIV/aids, memórias e prostituição. Embora poucos

(8,2%), cabe mencionar os estudos acerca das experiências e vivências de travestis, os quais versam sobre: prostituição, adolescência e linguagem. Por fim, há outros estudos mais generalistas (20,4%) sobre: conjugalidade e sorodiscordância, família, impactos do HIV/aids no comportamento sexual, mercado do sexo, mortalidade e sexualidade, gênero e HIV/aids no cinema. Portanto, há nesta categoria temática uma concentração de estudos sobre comportamento sexual, experiências e trajetórias de mulheres, homens, homens que fazem sexo com homens e homossexuais. É possível observar a carência de estudos dedicados à população negra (há apenas duas pesquisas sobre mortalidade de mulheres e homens negros e mulheres vivendo com HIV/aids em contexto africano), indígenas e outras expressões de gênero e sexualidade para além das citadas.

Exemplo de estudo que articula múltiplas diferenças e desigualdades em contextos específicos é a primeira tese de doutorado localizada no banco de dados, de autoria de Carmen Dora Guimarães, intitulada “Descobrimo as mulheres: uma antropologia da aids nas camadas populares”, defendida em 01/10/1998, no Doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa de Guimarães (1998) merece destaque por seu caráter pioneiro ao atentar para as interseções de múltiplas categorias, como raça e classe, na realidade mulheres de camadas populares do Rio de Janeiro. No estudo, a pesquisadora discute os riscos de contração do HIV em mulheres com união estável. Observou que a união estável pode gerar a sensação de confiança e proteção, levando à suspensão do uso de preservativo – aceitável apenas com o propósito de evitar gravidez. No entanto, foram encontradas mulheres que contraíram o vírus da aids a partir de seu parceiro. Neste sentido, análises que explorem a dimensão dos afetos complexificam e despontam como centrais às pesquisas em HIV/aids.

“Estado, Políticas Públicas e Mercado” é a segunda categoria mais frequente (f=39; 24,5%). A maior concentração de pesquisas nesta categoria é sobre políticas públicas (74,4%) em diferentes escopos de investigação: políticas públicas de HIV/aids (para mulheres, homossexuais e homens que fazem sexo com homens, caminhoneiros e LGBTs), políticas de HIV/aids e relações internacionais, políticas educacionais em sexualidade

e gênero, drogas e política de redução de danos, comunicação/propaganda de política de HIV/aids, políticas de saúde para a população negra, relação entre políticas de HIV/aids e ONGs ou setor privado. Em seguida, há pesquisas sobre patentes e medicamentos (23,1%) versando sobre: estratégias e ações estatais, relações internacionais, justiça em contexto africano. Por fim, há uma pesquisa sobre restrições de viagem relacionadas ao HIV (2,6%). As políticas públicas em saúde e, especialmente, com foco em HIV/aids são as que receberam maior atenção nesta categoria temática. Ademais, observa-se o interesse nas relações internacionais e em políticas educacionais. O campo dos medicamentos, patentes, mercado e da política científica e tecnológica apresenta-se como o menos explorado.

A primeira pesquisa identificada nesta categoria temática é a dissertação de mestrado de Carla Cristina Lima de Almeida, intitulada “Formação e estratégia de discursos sobre sexualidade nas escolas públicas do Rio de Janeiro”, defendida em 01/08/1994, no Mestrado em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Almeida (1994) analisou a formação do discurso sobre sexualidade no Rio de Janeiro através das propostas formuladas pelo poder público sobre educação sexual nas escolas. A autora sublinha os agentes discursivos e suas posições relativas na dinâmica do campo, como os especialistas de saúde (“sanitaristas”), a educação, as feministas e os “moralistas” sociais. Empiricamente, realizou um estudo de caso do Projeto AIDS e a Escola (RJ). Observou que os especialistas da área de educação expressavam, notadamente na década de 60, uma maior preocupação com o tema da educação sexual nas escolas. Contudo, esta posição foi gradativamente suplantada pela perspectiva sanitária. Esta, articulada à ideologia do desenvolvimento, mostrou-se referência de negociação para as propostas de educação sexual nas escolas, envolvendo os temas da gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e aids.

A terceira categoria temática em que há maior frequência de pesquisas é “Aspectos Sociais e Subjetividades” (f=36; 22,6%). Esta categoria reúne temas de pesquisas que se dedicam tanto às concepções sociais quanto individuais de HIV/aids. Os temas que compreendem a maioria das pesquisas (41,7%) são: imaginário e representações,

emergência e disseminação em contexto africano, história, construção social, poder, discurso e estigma. As experiências e trajetórias de pessoas que vivem com HIV/aids (como crianças, jovens e idosos), bem como as redes sociais daquelas que vivem em contexto africano são a abordagem do segundo maior contingente de pesquisas (36,1%). Em seguida, é possível destacar abordagens sobre a vulnerabilidade ao HIV/aids em pessoas que usam drogas, crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua e em contexto prisional (13,9%). Por fim, há três pesquisas que se dedicam às concepções do HIV/aids em práticas espirituais/religiosas de Candomblés, na Umbanda e no Espiritismo Kardecista (8,3%). Desta maneira, é possível visualizar um rico leque de abordagens em que os aspectos sociais e as subjetividades se entrecruzam. Contudo, dentro dessa diversidade de pesquisas, chama atenção a ausência das vivências indígenas e da população negra brasileira.

Encontra-se nesta categoria a primeira pesquisa realizada em contexto africano identificada: a tese de doutorado em Sociologia de Acácio Sidinei Almeida Santos, intitulada “Os Akan-Agni Morofóé da Costa do Marfim (África do Oeste) frente à emergência e à disseminação do HIV/aids”, defendida em 01/04/2004, na Universidade de São Paulo. Através de dados obtidos com o trabalho de campo desenvolvido por nove meses na Costa do Marfim (África do Oeste), Santos (2004) discute questões de saúde e doença, ações preventivas e terapêuticas, família, migração, solidariedade e outras relacionadas às práticas sociais dos Akan-Agni Morofóé diante da epidemia de HIV/aids.

A categoria temática “Movimentos Sociais e ONGs” (f=21; 13,2%) é a quarta mais frequente entre as pesquisas, cujos temas centrais são movimentos sociais, ONGs, militâncias e ativismos, com foco tanto em instituições quanto nos agentes. Cerca de metade dos estudos (47,6%) tem como tema central a trajetória e atuação dos movimentos sociais e/ou ONGs (de HIV/aids, homossexuais, LGBTs) em contexto nacional e internacional (Canadá e Argentina). Em seguida (38,1%), há pesquisas que buscam compreender as relações entre movimentos sociais e/ou ONGs (de HIV/aids, travestis, prostitutas, homossexuais) e o Estado. Por fim, três pesquisas (14,3%) dão ênfase aos agentes e sua participação

em movimentos sociais, tais como: as lideranças de movimentos e ONGs LGBTs, mulheres vivendo com HIV/aids e a participação de pessoas vivendo com HIV/aids em movimentos sociais. Portanto, a participação e trajetória dos movimentos sociais e das ONGs em contextos de HIV/aids são interesses centrais das pesquisas. Isto pode ser explicado pelo fato de, em muitas situações, os produtores de conhecimento serem agentes das instituições e movimentos sociais (BASTOS; COUTINHO, 1999; BASTOS; MALTA, 2002; PIMENTA *et al.*, 2002; FACCHINI *et al.*, 2013; LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015).

Atenta à emergência de novos sujeitos políticos no âmbito do HIV/aids em consonância com o debate de gênero, Carolina Branco de Castro Ferreira desenvolveu sua pesquisa de mestrado em Ciências Sociais, intitulada “Mulheres em movimento: trajetórias de mulheres HIV+ no movimento político de HIV/aids do estado do Paraná”, defendida em 01/03/2006, na Universidade Estadual de Londrina. A pesquisa se propôs a apreender as relações entre experiências da doença e a inserção de mulheres no movimento político de HIV/aids do estado do Paraná. Como resultado, Ferreira (2006) deu a ver que a predominância do todo, e não do indivíduo, a corporalidade e a participação política estão articulados ao gênero, e este, por sua vez, à dimensão política, o que dá contornos específicos ao ativismo dessas mulheres.

A categoria temática “Práticas Terapêuticas e de Cuidado” concentra 14 (8,8%) pesquisas que se dedicam às práticas/atitudes de profissionais da saúde e modos de tratamento ao HIV/aids. A maioria das pesquisas versa sobre práticas médicas, terapêuticas e novas tecnologias (71,4%), principalmente, em contexto nacional, mas também em contexto africano e argentino. Os grupos, instituições e ações de apoio e cuidado reúnem 4 pesquisas (28,6%), sendo uma delas em contexto africano. Se considerarmos a velocidade na produção de novas biotecnologias em contextos capitalistas somado ao processo de medicalização dos corpos (BASTOS, 1997; PIGNARRE, 1999; PRECIADO, 2008; HARAWAY, 2009; PARKER, 2015), esta categoria ainda incipiente em contexto nacional requer atenção e vislumbra possibilidades de expansão nos próximos anos, como já apontaram Bastos e Coutinho (1999).

Nesta categoria há a dissertação de mestrado em Políticas Públicas de Bruno Silva Kauss, intitulada “Novas tecnologias, sexualidade e direitos em tempos de risco: um estudo sobre a implementação da Profilaxia Pós-Exposição ao HIV/aids pelos trabalhadores da linha de frente das políticas públicas”, defendida 15/12/2017, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Kauss (2017) investigou como a PEP, nos casos de exposição sexual consensual, foi implementada pelos profissionais de saúde, no cotidiano de um Serviço de Assistência Especializada em IST/HIV/Aids de Porto Alegre/RS. A partir da análise realizada, foram elencados elementos que provocam dificuldades (sobrecarga de trabalho nos profissionais; baixo conhecimento sobre o medicamento; falta de alinhamento institucional; percepções negativas sobre o medicamento e sobre os sujeitos que o procuram) e elementos facilitadores (percepção da importância do medicamento pelos profissionais; atendimento de emergência; aconselhamento; reconhecimento da coordenação do serviço sobre a necessidade de mudanças para a efetividade da PEP) à implementação da PEP no serviço estudado.

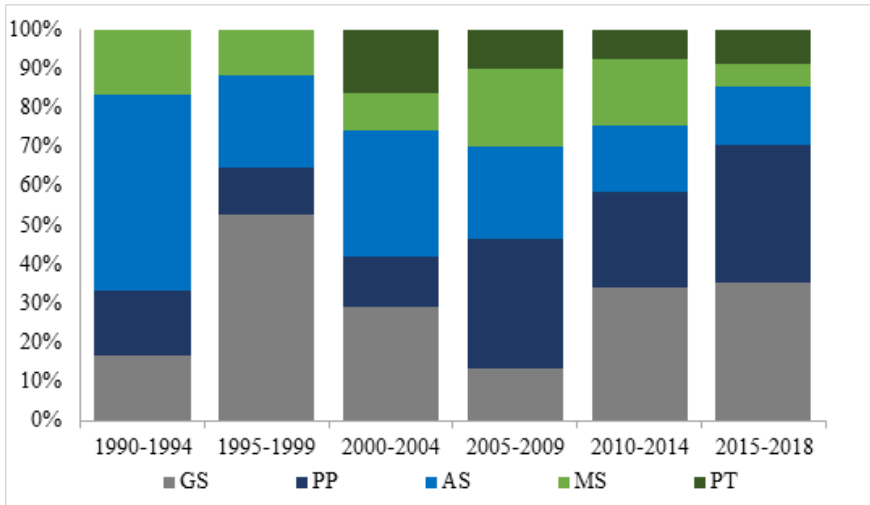
Desde a primeira pesquisa identificada no levantamento da produção científica⁷, transformações importantes ocorreram no passar dos anos.

⁷ Trata-se da dissertação de mestrado “Sexo/pecado, doença/punição ou a aids entre nós (um estudo com universitários da UFPE)”, de João Alberto Gomes de Carvalho, defendida em 01/12/1990, junto ao curso de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. A partir de entrevistas com jovens estudantes da UFPE (homens e mulheres), Carvalho (1990) observou que a ideia de aids era associada à quatro eixos: homossexualidade, prostituição, doença e pecado. Naquele contexto, a aids era vista como resultado de fatores externos, cujo vírus fora desenvolvido em laboratórios norte-americanos ou como consequência de relações sexuais entre humanos e macacos na África. O preservativo foi considerado dispensável, sobretudo, nos informantes identificados como heterossexuais – estes o viam apenas como método de prevenção à gravidez. As relações de risco diziam respeito apenas àquelas com desconhecidos; as relações sexuais com colegas e amigos/as eram consideradas seguras. Para aqueles identificados como homossexuais, a doença era vista como próxima. Isto posto, cabe frisar que a busca no banco de dados da CAPES não identificou a importante pesquisa etnográfica de Néstor Perlongher, defendida em junho de 1986, no Mestrado em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação de Mariza Corrêa. No ano seguinte, esta foi publicada como livro: “O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo”. Perlongher (1987) já descrevia ali os efeitos ainda iniciais da aids nas relações afetivas e sexuais. Também em 1986, Lindinalva Laurindo da Silva defendeu a dissertação de mestrado

A Figura 4 constitui um esforço de apresentar graficamente, de forma sintética, a distribuição das categorias temáticas das teses e dissertações, segundo período. Na primeira década, as pesquisas em “Aspectos Sociais e Subjetividades” (AS) e “Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade” (GS) são maioria. Segundo Pimenta *et al.* (2002), este período conferiu maior ênfase às dimensões sociais e culturais da sexualidade, do uso de drogas e à relação dessas dimensões com a epidemia. Despontaram estudos sobre homossexualidade, preconceito e vulnerabilidade (noção que se sobrepôs à de risco) ao lado de categorias sociais, como idade, estado civil, cor, escolaridade e ocupação. A partir dos anos 2000, a categoria AS perde expressão e as demais mantêm ou ganham visibilidade. Após o ápice das pesquisas em GS na segunda metade da década de 90, estas passam por queda na primeira década dos anos 2000 e, em seguida, estabilizam em um terço das pesquisas. As pesquisas em “Estado, Políticas Públicas e Mercado” (PP) se tornam mais expressivas a partir de 2005, com um terço das pesquisas em média. As pesquisas em “Movimentos Sociais e ONGs” (MS) oscilam entre 5% (2015-2018) e 20% (2005-2009) de participação no decorrer dos períodos. Nos anos 2000, emergem as pesquisas em “Práticas Terapêuticas e de Cuidado” (PT), estabilizando a pequena participação nos próximos anos. No entanto, ainda que não fosse central, é importante mencionar que essa última temática era relevante desde as primeiras pesquisas. A pesquisa de mestrado em Sociologia de Fernando Seffner, intitulada “O jeito de levar a vida: trajetórias de soropositivos enfrentando a morte anunciada”, defendida em janeiro de 1995, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo, analisa os itinerários terapêuticos dos/as interlocutores/as da pesquisa. Seffner (1995) destaca ali a dinâmica macropolítica e micropolítica em torno do primeiro medicamento utilizado no combate à aids, a Zidovudina (AZT), e também o cotidiano hospitalar.

“Aids e homossexualidade em São Paulo”, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No entanto, a pesquisa de Silva (1986) também não foi localizada no levantamento bibliográfico, assim como o seu conteúdo não foi encontrado para consulta *online*. O exemplar físico está localizado na biblioteca da PUC-SP.

FIGURA 4 - Distribuição das categorias temáticas das teses e dissertações brasileiras em HIV/aids na área de Ciências Sociais (1990-2018), segundo período



Fonte: CAPES (2019), elaboração própria.

Legenda: GS (Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade); PP (Estado, Políticas Públicas e Mercado); AS (Aspectos Sociais e Subjetividades); MS (Movimentos Sociais e ONGs); PT (Práticas Terapêuticas e de Cuidado).

METODOLOGIAS

Em se tratando do uso de técnicas de pesquisa, 89,9% (143) delas são qualitativas. As pesquisas mistas, ou seja, que fazem uso de procedimentos quantitativos e qualitativos de forma combinada nas análises, representam 8,8% do total (14). Apenas uma pesquisa foi definida como quantitativa. Em apenas uma situação não foi possível definir a natureza da técnica empregada. Observa-se que a primeira década de pesquisas em HIV/aids nas Ciências Sociais é notadamente qualitativa, mantendo a sua hegemonia no decorrer dos anos. A partir dos anos 2000, os estudos mistos tornam-se recorrentes (entre uma e duas vezes ao ano). O único estudo exclusivamente quantitativo foi realizado no ano de 2012. Portanto,

embora estudos mistos tenham ganhado expressividade, o quadro geral pouco se alterou: as pesquisas qualitativas mantêm a preferência dos/as cientistas sociais. A predominância de técnicas qualitativas também foi relatada em outros estudos de revisão em HIV/aids (SANTOS, 2004; SANTOS; SILVA, 2004; ACIOLI *et al.*, 2006; ARAUJO *et al.*, 2006; OLIVEIRA *et al.*, 2006; HOLANDA *et al.*, 2013).

Para Cano (2012), a dicotomia quantitativo/qualitativo precisa ser superada nas Ciências Sociais. Conforme o autor, a preferência por técnicas qualitativas nesta área do conhecimento vai além da confluência entre aquele que investiga e o investigado. Ela pode ser explicada pela formação de pesquisadores brasileiros nesta área do conhecimento que prioriza a abordagem qualitativa em detrimento da quantitativa, como categorias opostas e até mesmo rivais.

O recorte empírico é outra dimensão analisada com o objetivo de levantar os meios práticos pelos quais as investigações procederam. Estes foram agrupados em quatro categorias: “Sujeitos, experiências e relações”; “Documentos”; “Grupos e Instituições”; “Mídias”. Quatro pesquisas não ofereciam informações suficientes para a categorização; essas foram agrupadas na categoria “Sem informação”. Na Tabela 4 é possível visualizar a frequência e distribuição das pesquisas, segundo o recorte empírico.

TABELA 4 - Frequência e distribuição das teses e dissertações brasileiras em HIV/aids na área de Ciências Sociais (1990-2018), segundo categoria de recorte empírico

Categoria de recorte empírico	f	%
Sujeitos, experiências e relações	66	41,5
Documentos	45	28,3
Grupos e Instituições	35	22,0
Mídias	9	5,7
Sem informação	4	2,5
Total	159	100

Fonte: CAPES (2019), elaboração própria.

“Sujeitos, Experiências e Relações” (f=66; 41,5%) é o recorte empírico mais frequente nas pesquisas. As mulheres de diferentes recortes sociais figuram entre as principais interlocutoras de 18 pesquisas. Dentre elas, 9 vivem com HIV/aids (solteiras, casadas e/ou mães) em contexto nacional e 1 em contexto africano. Há ainda outras 4 pesquisas com mulheres casadas/em união, 1 com práticas homoeróticas, 1 com jovens e de periferia, 1 que usam drogas e 1 que se prostituem. As pesquisas que explicitam uma abordagem geral às pessoas vivendo com HIV/aids são 12, sendo uma em contexto africano, 1 com jovens e 1 com pessoas idosas. Homossexuais, homens e homens que fazem sexo como homens são os principais interlocutores de 11 pesquisas com diferentes recortes de classe e idade/geração. Em seguida, estão os profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, assistentes sociais e outros) e suas relações com pacientes e/ou pessoas que frequentam serviços de saúde em 8 estudos. Há 2 estudos dedicados às famílias e suas relações (1 dedicada às crianças vivendo com HIV), e 2 a casais sorodiscordantes. Universitários e estudantes são o foco de 3 pesquisas. E outras 3 pesquisas se voltam para as travestis (2 às que se prostituem e 1 às travestilidades na adolescência). Dos outros 7 estudos, 3 abordam lideranças/ membros de movimentos sociais e/ou ONGs, 2 pessoas que usam drogas, 1 crianças e adolescentes que usam drogas e 1 pessoas em situação de rua.

As pesquisas mencionadas anteriormente de Carvalho (1990), Guimarães (1998), Seffner (1995), Ferreira (2006) e Kauss (2017) fazem uso deste recorte empírico. Outro exemplo é a tese de doutorado em Ciências Sociais de Larissa Maués Pelúcio Silva, intitulada “Nos nervos, na carne, na pele – uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids”, defendida em 01/06/2007, na Universidade Federal de São Carlos. Pelúcio (2007) focou a discussão do modelo oficial preventivo para DST/aids voltado às travestis que se prostituem na cidade de São Paulo. Por meio de pesquisa etnográfica, observou a significação da aids entre as travestis, os sentidos do adoecer e do sofrimento, bem como os cuidados desprendidos com o corpo e, assim, para a construção da pessoa. Questionou o fato de as políticas públicas voltadas para esse segmento não considerarem em profundidade a relação pressuposta entre

elas e os homens com os quais se relacionam sexualmente. Pontuou ainda a elegibilidade de grupos populacionais como alvo, a partir de critérios fortemente calcados em referenciais epidemiológicos, mais do que nos aspectos sociais e culturais que conformam as relações nos diferentes contextos em que essas populações atuam.

A segunda categoria de recorte empírico que se apresenta como mais frequente é “Documentos” ($f=45$; 28,3%). Foram considerados documentos a revisão de material já publicado, como científico, de ordem jurídica, público entre outros. As políticas públicas são as principais fontes de análises das pesquisas (29), seja exclusivamente ou na relação com outros documentos e/ou sujeitos. Dessas, 5 pesquisas utilizaram políticas públicas internacionais (2 em contexto africano; 2 EUA; 1 França). A maioria das pesquisas com políticas públicas (16) se voltou para as políticas de HIV/aids. As outras 16 pesquisas fizeram uso de documentos e estatísticas de modo exclusivo ou na relação com outros sujeitos e/ou contextos. O uso de estatísticas como fonte ficou explícito em 5 trabalhos.

Além do trabalho de Almeida (1994), mencionado na seção anterior, a tese de doutorado em Antropologia Social, de Adailton da Silva, intitulada “Corpo negro e saúde: um estudo sobre afrobrasileiros, aids e ações afirmativas”, defendida em 09/03/2018, na Universidade Federal do Amazonas, também faz uso de recorte empírico com políticas públicas, mas com foco na população negra e a epidemia de HIV/aids. Silva (2018) sustenta que a atuação perspicaz de militantes (nas universidades, ONGs, gestão pública) permitiu que demandas das organizações políticas do Movimento Negro pudessem ser parcialmente atendidas através do Programa Estratégico de Ações Afirmativas População Negra e Aids. Em revisão crítica da literatura sobre como o corpo negro foi introduzido como questão na discussão antropológica a partir do Século XIX, destaca o diálogo com as ciências da saúde. Observou que as formulações colonialistas e higienistas acerca desta população contribuíram para a proliferação de certa formulação do lugar destinado aos africanos e seus descendentes na narrativa que trata da epidemia de Aids no mundo.

“Grupos e Instituições” é a terceira categoria de recorte empírico mais frequente ($f=35$; 22%). Os estudos com/sobre movimentos sociais

e ONGs são 14. Desses, 6 tiveram como fonte direta movimentos sociais e ONGs LGBTs; e 2 apreenderam contextos internacionais (Argentina e Canadá). Em seguida, os grupos e instituições de apoio para as pessoas vivendo com HIV/aids foram o foco de 5 estudos. As instituições públicas de saúde (serviços especializados e hospitais) configuram como recorte empírico de 4 pesquisas. Há 4 pesquisas que foram realizadas com sociedades/ grupos étnicos em contexto africano. Outros 3 estudos que abordam contextos, experiências e práticas religiosas/ espirituais. O setor farmacêutico é abordado por 3 estudos. E, por fim, 1 pesquisa se dá com contexto prisional e 1 com o mercado do sexo.

A pesquisa de Santos (2004) com os Akan-Agni Morofoé da Costa do Marfim encontra-se nesta categoria de recorte empírico. Com enfoque no contexto nacional, há a dissertação de mestrado e a tese de doutorado, ambas em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de Cristina Luci Câmara da Silva. Na primeira, intitulada “Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos ‘homossexuais’”, e defendida em 01/03/1994, Silva (1994) investigou o “grupo homossexual” Triângulo rosa (1985-88), que surgiu em uma conjuntura marcada, por um lado, pela epidemia do HIV e Aids e, por outro, pelo momento político voltado a formação da Assembleia Nacional Constituinte. De acordo com a autora, o grupo promoveu uma “luta simbólica” por confrontar valores religiosos, concepções médicas, normas jurídicas, de construção de identidade, e ainda, pela revisão das concepções sobre a feminilidade e a masculinidade indicadas aos indivíduos de sexos diferentes, separando a anatomia das referências simbólicas que lhes são atribuídas. Em sua tese de doutorado “Ativismo, ajuda mútua e assistência: a atuação das Organizações Não Governamentais na luta contra a aids”, defendida em 01/07/1999, buscou reconstruir a configuração dos grupos organizados na luta contra a aids no Brasil e no Canadá, partindo dos casos do Rio de Janeiro e do Quebec. Silva (1999) conclui que tais grupos inovaram ao transitar entre os modelos de movimentos sociais, ONGs e grupos de ajuda mútua.

As “Mídias” físicas, digitais e/ou audiovisuais foram utilizadas como material empírico de 9 (5,7%) pesquisas, configurando-se como a menos representativa. Os recursos audiovisuais foram os principais materiais

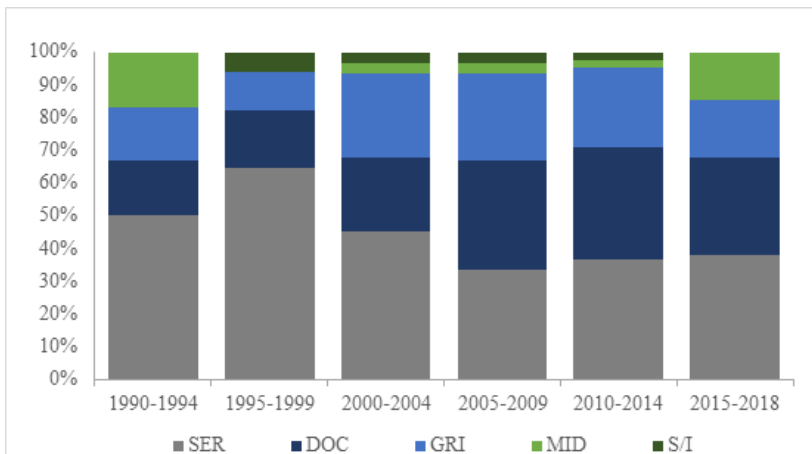
empíricos utilizados, sendo incorporados por 4 trabalhos: 3 utilizando filmes de cinema, sendo 1 em com material de contexto africano; e 1 com campanhas televisivas. Aplicativos para busca de parceiros foram utilizados em 2 pesquisas, sendo que uma delas também usou jornal. O jornal foi usado exclusivamente em 1 pesquisa. A literatura também foi utilizada em 1. Por fim, 1 pesquisa fez uso da comunicação/propaganda de políticas de HIV/aids em múltiplas mídias.

A dissertação de mestrado em Sociologia “Desejos comodificados: dos classificados aos perfis nos aplicativos na busca por parceiros do mesmo sexo”, de João Paulo Ferreira da Silva, defendida em 06/03/2017, na Universidade Federal de São Carlos, marca um processo de transição deste recorte empírico. A pesquisa investigou os critérios que foram acionados na busca por parceiros amorosos e/ou sexuais entre homens em dois períodos diferentes: antes do surgimento da epidemia de HIV/aids e do advento da internet pelo jornal *Lampião da Esquina*, e após a epidemia e expansão da internet comercial por meio de aplicativo de encontros. A pesquisa apresenta desenho multimétodo, portanto, combina técnicas quantitativas e qualitativas, com análise documental e de perfis *online*, integrando controles estatísticos pelo pacote SPSS. Para construir a reflexão teórica pretendida, articularam-se referências em estudos sobre mídias digitais, gênero e sexualidade. Os resultados de Silva (2017) apontaram para o processo de intensificação da seleção de parceiros a partir do segundo momento, guardando continuidades e rupturas em relação aos descritores do primeiro momento. Ademais, notou a emergência de uma gramática do desejo afeita ao pânico sexual da aids em termos sociológicos.

As transformações nos recortes empíricos das pesquisas no decorrer dos anos podem ser visualizadas na Figura 4. Embora a categoria “Sujeitos, Experiências e Relações” (SER) seja a mais representativa em quase todos os períodos (exceto em 2005-2009, quando mostra-se equivalente à categoria DOC com 33,33% em ambos), é possível observar que esta cede espaço às demais com o passar dos períodos. A categoria “Documentos” (DOC) ganha expressão a partir dos anos 2000. O mesmo ocorre com a categoria “Grupos e Instituições” (GRI), que apresenta certa expansão entre 1995-2014, mas perde fôlego nos últimos anos (2015-2018). A

categoria “Mídias” (MID), por outro lado, se torna tão proporcionalmente representativa à GRI nos últimos anos quanto nos primeiros, mas com maior volume de pesquisas que antes (de 1 para 5). À exceção da categoria “Mídias”, evidenciada neste estudo, os resultados vão de encontro àquelas de outras pesquisas (PIMENTA *et al.*, 2002; SANTOS, 2004; SANTOS; SILVA, 2004; ACIOLI *et al.*, 2006; ARAUJO *et al.*, 2006; OLIVEIRA *et al.*, 2006; HOLANDA *et al.*, 2013). Os resultados evidenciam, portanto, um processo de diversificação dos recortes empíricos das pesquisas ao longo das quase três décadas de teses e dissertações analisadas. São transformações que correspondem àquelas dos temas das pesquisas. O aumento de pesquisadores/as advindos de distintos contextos sociais somado aos impactos das tecnologias comunicação e informação no desenvolvimento das pesquisas podem explicar tal fenômeno. Neste sentido, desenha-se a possibilidade de pesquisas que façam uso de plataformas digitais nos próximos anos serem tão recorrentes quanto àquelas realizadas face a face com sujeitos e instituições.

FIGURA 5 - Distribuição das categorias de recorte empírico das teses e dissertações brasileiras em HIV/aids na área de Ciências Sociais (1990-2018), segundo período



Fonte: CAPES (2019), elaboração própria. Legenda: SER (Sujeitos, Experiências e Relações); DOC (Documentos); GRI (Grupos e Instituições); MID (Mídias); S/I (Sem informação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a mapear e analisar as teses e dissertações brasileiras em HIV/aids na área de Ciências Sociais. De modo mais específico, pretendeu localizar e sistematizar esta produção científica, quantificar e evidenciar as suas principais características, identificar as abordagens emergentes e recorrentes, bem como localizar as lacunas existentes. Em suma, compreender o “estado da arte” deste campo de pesquisas para oferecer subsídios epistemológicos a investigações futuras. Como resultado deste empreendimento foram identificadas, sistematizadas e analisadas 159 pesquisas (111 dissertações e 48 teses), a partir da base de dados da CAPES (2019), abrangendo o período de 1990 a 2018.

Desenvolver a análise temática, de modo a encontrar pontos em comum entre os temas a fim de alocar cada trabalho em uma categoria, apresentou uma série de desafios. Há temas de pesquisa que transitam entre diferentes categorias, como gênero, sexualidade, subjetividade, políticas públicas, cuidado, entre outras. O que os distinguiu nesse processo foi o enfoque principal de análise. Além disso, a heterogeneidade encontrada em títulos, resumos e palavras-chave somada à insuficiência de informações (em objetivos, aporte teórico, método, recorte empírico e/ou conclusões) lançaram desafios à confecção do bando de dados e à análise de conteúdo. Contudo, embora passíveis de revisão, os resultados se mostraram consistentes porque dialogaram com estudos de revisão anteriores nas Ciências Sociais e em outras áreas do conhecimento com diferentes recortes empíricos, como artigos, dissertações, teses e resumos de congressos (BASTOS; COUTINHO, 1999; BASTOS; MALTA, 2002; PIMENTA *et al.*, 2002; SANTOS, 2004; SANTOS; SILVA, 2004; ACIOLI *et al.*, 2006; ARAUJO *et al.*, 2006; OLIVEIRA *et al.*, 2006; SANTOS, 2008; HOLANDA *et al.*, 2013; SANTOS, 2014).

Os achados desta pesquisa permitiram ainda aprofundar discussões já levantadas e tocar em outros pontos não trabalhados. Em síntese, foi observado: o aumento expressivo no volume de pesquisas (principalmente, a partir dos anos 2000) em confluência com as transformações estruturais na pós-graduação brasileira; a relevância das instituições públicas de

ensino superior por terem desenvolvido a grande maioria das pesquisas (141; 88,68%); a concentração das pesquisas em grandes polos nas regiões do Sudeste, Sul e Nordeste (São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco), bem como a necessidade de produção de pesquisas nas regiões do Norte e Centro-Oeste; as pesquisadoras como responsáveis pela maioria das pesquisas (91; 57,2%).

Abordagens sobre “Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade”, “Estado, Políticas Públicas e Mercado” e “Aspectos Sociais e Subjetividades” constituíram as principais categorias temáticas das pesquisas. Por outro lado, “Movimento Sociais e ONGs” e “Práticas Terapêuticas e de Cuidado” foram as menos frequentes. Observou-se que os estudos têm acompanhado as dinâmicas sociopolíticas contemporâneas no território nacional e também internacional evidenciando o HIV/aids em seus múltiplos alcances e vivências. No entanto, constatou-se a necessidade de serem ampliados os estudos dedicados à população negra, aos indígenas e às expressões de gênero e sexualidade em sua pluralidade. Embora tenha sido o menos explorado, o enfoque no campo das novas biotecnologias vislumbra possibilidades de expansão nos próximos anos. Ademais, pesquisas capazes de promover articulações temáticas entre as dimensões macropolíticas (categorias sociais, políticas públicas, leis.) e micropolíticas (afetos/emoções, diferença, mobilizações) são fundamentais.

Em se tratando dos aspectos metodológicos das pesquisas, embora as técnicas de pesquisa sejam majoritariamente qualitativas, foi observado que a partir dos anos 2000 os estudos com técnicas mistas ganharam expressão. Com relação aos recortes empíricos das pesquisas, pesquisas com “Sujeitos, experiências e relações”, “Documentos” e “Grupos e Instituições” foram as mais frequentes; as “Mídias” foram as fontes de pesquisa menos recorrestes. No que tange à primeira categoria, mulheres, pessoas vivendo com HIV/aids, homens, homens que fazem sexo com homens e homossexuais são os principais interlocutores. Foi observado um processo de diversificação do material empírico nas últimas décadas, seja com distintos sujeitos e/ou instituições ou fontes documentais. Estudos com/sobre múltiplas vivências de gênero e sexualidade apresentam-se como tendência (FACCHINI *et al.*, 2013). O cenário internacional,

ainda que pequeno, também se mostrou como relevante. Há, no entanto, férteis contextos e materiais pouco ou ainda não explorados, tais como: contextos e práticas religiosas; instituições públicas de saúde; empresas e laboratórios de pesquisa; contextos rurais; universo da prostituição; relações com medicamentos e terapias; instituições e práticas de ensino; diferentes interlocutores/as que não homossexuais e HSH vivendo ou não com HIV/aids; prisões e pessoas privadas de liberdade; mídias físicas e digitais. Essa última possibilidade, por sua vez, ganha expressão na pesquisa em HIV/aids e desponta como tendência, principalmente, em contextos digitais (MISKOLCI, 2017).

No decorrer deste artigo foram experimentadas aproximações junto ao “estado da arte” das pesquisas brasileiras em HIV/aids nas Ciências Sociais. Considerando o momento de emergência da epidemia no Brasil, no ano de 1983, é possível afirmar que as Ciências Sociais responderam prontamente ao “dispositivo da aids” (PERLONGHER, 1989). São pesquisas que contribuíram com a compreensão situada da epidemia, bem como endossaram a crítica aos efeitos práticos dos conceitos epidemiológicos de “comportamento de risco” e “grupo de risco”, os quais se voltavam apenas a homossexuais, travestis e profissionais do sexo (PARKER *et al.*, 1999; GALVÃO, 2000; PIMENTA *et al.*, 2002; LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015). Os resultados discutidos não encerram a discussão em torno das contribuições das Ciências Sociais diante dos desafios de múltiplas escalas e contextos que se colocam a partir do HIV e da aids. Pelo contrário, com este estudo são apresentadas possibilidades a serem retomadas, questionadas e ampliadas por estudos posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Sonia; HERINGER, Ariádina; OLIVEIRA, Denize Cristina de; GOMES, Antônio Marcos Tosoli; FORMOZO, Glucia Alexandre; COSTA, Tadeu Lessa da; GIAMI, Alain. HIV/AIDS e enfermagem nas teses e dissertações: 1980 a 2005. *Online Brazilian Journal of Nursing*, Niterói, RJ, v. 5, n. 3, dez. 2006.

- AGOSTINI, Rafael; ROCHA, Fátima; MELO, Eduardo; MASKUD, Ivia. A resposta brasileira à epidemia de HIV/AIDS em tempos de crise. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 4599-4604, dez. 2019.
- ALMEIDA, Carla C. L. *Formação e estratégia de discursos sobre sexualidade nas escolas públicas do Rio de Janeiro*. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- AQUINO, Estela M. L. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, n. esp., p. 121-132, 2006.
- ARAÚJO, Maria A. L.; ARAÚJO, Thelma L.; DAMASCENO, Marta M. C. Conhecimento em HIV/AIDS de 1998 a 2005: estudos publicados em periódicos de Enfermagem. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 126-131, 2006.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASTOS, Cristiana. A pesquisa médica, a SIDA e as clivagens da ordem mundial: uma proposta de antropologia da ciência. *Análise Social*, 32.140, p. 75-111, 1997.
- BASTOS, Francisco; COUTINHO, Kátia. Tão longe, tão perto... as pesquisas sobre HIV/AIDS no Brasil. In: PARKER, Richard; GALVÃO, Jane; BESSA, Marcelo Secron (Orgs). *Saúde, desenvolvimento e política: respostas frente à AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 1999.
- BASTOS, Francisco; MALTA, Mônica. As pesquisas sobre HIV/AIDS no Brasil hoje: uma análise do triênio 1997-2000. In: PARKER, Richard; TERTO JR., Veriano (Orgs.). *Anais... Seminário “Pesquisa em DST/Aids: Determinantes Sócio-Demográficos e Cenários Futuros”*, 2001, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ABIA, 2002. p. 9-46.

- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de DST/Aids: princípios e diretrizes*. Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_17.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI). *Boletim Epidemiológico: HIV/Aids*, 2019. Brasília, DF, número especial, dez. 2019a. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hiv-aids-2019>>. Acesso em: 04 fev. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI). *Relatório de monitoramento clínico do HIV*. Brasília: Ministério da Saúde, 2019b. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/relatorio-de-monitoramento-clinico-do-hiv-2019>>. Acesso em: 04 fev. 2020.
- CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 94-119, set./dez., 2012.
- CAPES. Catálogo de Teses e Dissertações. 2019. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- CAPES. Documentos de área – triênio 2010-2012. 2013. Disponível em: <http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- CARVALHO, João Alberto. *Sexo/pecado, doença/punição ou a AIDS entre nós (um estudo com universitários da UFPE)*. 155 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.

- CORDEIRO, Alexander M.; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.
- DAVIS, Mark; SQUIRE, Corinne. HIV technologies. In: DAVIS, Mark; SQUIRE, Corinne (Eds). *HIV treatment and prevention technologies in international perspective*. UK: Palgrave Macmillan, 2010.
- FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 161-193, jan./jun. 2013.
- FERREIRA, Carolina B. C. *Mulheres em movimento*: trajetórias de mulheres HIV+ no movimento político de HIV/AIDS do Estado do Paraná. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.
- GALVÃO, Jane. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Editora 34, 2000.
- GONÇALVES, Aline L. Uso de resumos e palavras-chave em Ciências Sociais: uma avaliação. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. 26, 2º sem. 2008.
- GUIMARÃES, Carmem Dora. O comunicante, a comunicada: a transmissão sexual do HIV. In: PAIVA, Vera (Org.). *Em tempos de AIDS: sexo seguro, prevenção, drogas, adolescentes, mulheres, apoio psicológico, aos portadores: vida a vida*. São Paulo: Summus, 1992. p. 147-157.

- GUIMARÃES, Carmen Dora. *Descobrimo as mulheres: uma antropologia da Aids nas camadas populares*. 285 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX [1985]. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HOLANDA, Eliane R.; LIRA, Maria C. C.; GALVÃO, Marli T. G.; DAMASCENO, Marta M. C.; ARAUJO, Thelma L. Tendencies in the production of scientific knowledge in nursing regarding HIV/AIDS : a bibliometric study. *Online Brazilian Journal of Nursing*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 986-997, 2013.
- KAUSS, Bruno S. *Novas tecnologias, sexualidade e direitos em tempos de risco: um estudo sobre a implementação da Profilaxia Pós-Exposição ao HIV/Aids pelos trabalhadores da linha de frente das políticas públicas*. 163 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo R. *Histórias da aids no Brasil, 1983-2003*. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015. 2 v.
- LETA, Jacqueline. Mulheres na ciência brasileira: desempenho inferior? *Revista Feminismos*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 139-152, set-dez. 2014.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MISKOLCI, Richard. *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

- OLIVEIRA, Denize C.; COSTA, Tadeu L.; GOMES, Antônio M., ACIOLI, Sonia; FORMOZO, Gláucia A.; HERINGER, Ariádina; GIAMI, Alain. Análise da produção de conhecimento sobre o HIV/AIDS em resumos de artigos em periódicos brasileiros de enfermagem, no período de 1980 a 2005. *Revista Texto & Contexto - Enfermagem*, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 654-662, 2006.
- PARKER, Richard. *O fim da Aids?* Rio de Janeiro: Abia, 2015. Disponível em: http://abi aids.org.br/wp-content/uploads/2015/11/FIM_da_AIDS_capaverm_jan2016.pdf. Acesso em: 04 jun. 2019.
- PARKER, Richard; GALVÃO, Jane; BESSA, Marcelo Secron. Introdução. In: PARKER, Richard; GALVÃO, Jane; BESSA, Marcelo Secron (Orgs). *Saúde, desenvolvimento e política: respostas frente à AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed.34, 1999.
- PELÚCIO, Larissa M. *Nos Nervos, na Carne, na Pele* - uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids. 313 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2007.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PERLONGHER, Néstor. *O que é AIDS*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PIGNARRE, Philippe. *O que é o medicamento?* Um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- PIMENTA, Maria Cristina; PASSARELLI, Carlos A. F.; BRITO, Ivo; PARKER, Richard. As Pesquisas Sociais sobre Sexualidade e Aids no Brasil: entre a Demografia e a Cultura Sexual (1980-2000). In: PARKER, Richard; TERTO JR., Veriano (Orgs.). *Anais... Seminário “Pesquisa em DST/Aids: Determinantes Sócio-Demográficos e Cenários Futuros”*, 2001, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ABIA, 2002. p. 47-54.

- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v.11, n.2, p. 263-274, jul./dez. 2008.
- PRECIADO, Paul. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.
- ROMANOWSKI, Joana P.; ENS, Romilda T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educacional*, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.
- SANTOS, Acácio S. A. *Os Akan-Agni Morofóé da Costa do Marfim (África do Oeste) frente à emergência e à disseminação do HIV/aids*. 378 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SANTOS, Claudete Gomes dos. A participação feminina na produção científica brasileira sobre HIV/aids, 1983-2007. *BIS. Boletim do Instituto de Saúde (Impresso)*, n. 46, p. 18-21, 2008.
- SANTOS, Claudete Gomes dos. *Aids em revista(s): produção científica no Brasil, 1982-2002*, 2004. Dissertação (Mestrado). Coordenação dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. São Paulo, 2004.
- SANTOS, Claudete Gomes dos; SILVA, Lindinalva Laurindo da. HIV/ Aids em Ciências Sociais: síntese analítica de estudos produzidos entre 1996 e 2001. In: V Congresso da Sociedade Brasileira de DST - DST5; V Congresso Brasileiro de Prevenção em DST e Aids; I Congresso Brasileiro de Aids, 2004, Recife. V Congresso da Sociedade Brasileira de DST - DST5/V Congresso Brasileiro de Prevenção em DST e Aids/I Congresso Brasileiro de Aids. *Anais...* 29 de Agosto a 01 de Setembro - Centro de Convenções de Pernambuco - Recife - 2004. Recife: Usina Multimídia, 2004.
- SANTOS, Rafael Antunes dos. Crescimento da produção científica brasileira em HIV/Aids no período 1989-2013. In: *Anais...* Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, Recife, PE, 14 a 16 de maio de 2014.

- SEFFNER, Fernando. *O jeito de levar a vida: trajetórias de soropositivos enfrentando a morte anunciada*. 294 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.
- SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 20, n. 57, p. 293-304, jun. 2016.
- SILVA, Adailton da. *Corpo negro e saúde: um estudo sobre Afrobrasileiros, Aids e Ações afirmativas*. 318 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.
- SILVA, Cristina L. C. *Ativismo, ajuda mútua e assistência: a atuação das Organizações Não Governamentais na luta contra a aids*. 165 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- SILVA, Cristina L. C. *Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos “homossexuais”*. 264 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- SILVA, Joao Paulo F. *Desejos commodificados: dos classificados aos perfis nos aplicativos na busca por parceiros do mesmo sexo*. 194 f. Mestrado (Dissertação em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2017.
- SILVA, Lindinalva L. *AIDS e homossexualidade em São Paulo*. 204 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

VOSGERAU, Dilmeire S. R.; ROMANOWSKI, Joana P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

UNAIDS. *Relatório Informativo – Dia Mundial Contra a Aids 2018*. Estatísticas globais sobre HIV 2017. 2018. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Fact-sheet-UNAIDS-novembro-2018-1.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019.

Texto recebido em 30/08/2019 e aprovado em 03/01/2020